



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Av. João Jorginho, 100 - Centro - CEP: 68.010-277 - 40001 - 15 - CEP: 68.090.000 Fone: (066) 3343 - 1100, FAX: (066) 3343 - 1100, Mâncio Lima - Acre
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO Nº 004/2023

EMENTA: PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 04/2023.
AUTORIA. PODER EXECUTIVO.
ALTERA A LEI Nº 484, DE
FEVEREIRO DE 2022. PLANO DE
CARGOS, CARREIRA E SALÁRIO.
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO -
PCCR. FUNDAMENTAÇÃO
JURÍDICA. POSSIBILIDADE.
EXISTENTE.

1 - DOS FATOS

Foi efetivada uma consulta ao setor jurídico sobre a seguinte situação in verbis: Projeto de Lei que; "Altera a Lei nº. 484, de 22 de Fevereiro de 2022, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Salário dos Profissionais da Educação, no Município de Mâncio Lima - Acre e dá outras providências", nos termos da Legislação pátria e local.

I - Projeto de Lei nº 04 de 24 de Fevereiro de 2023, de Autoria do Poder Executivo Municipal, representando pelo Sr. Isaac de Souza Lima, Prefeito, que; "Altera a Lei nº. 484, de 22 de Fevereiro de 2022, que instituiu o Plano de Cargos, Carreira e Salário dos Profissionais da Educação, no Município de Mâncio Lima - Acre e dá outras providências".

O presente parecer delineará sobre a legalidade e os procedimentos legislativos que devem ser observados na tramitação projeto de lei, até sua aprovação em plenário, respeitando a competência legislativa, diante da matéria em projeto, há bem de seu procedimento, nessa casa legislativa.

Cumprе destacar que, a legislação a ser respeitada, se volta para a Constituição Federal, Estadual, Lei Orgânica de Mâncio Lima - Acre e as Leis Locais.

Nesta feita, a melhor resposta estar fundamentada na legislação pátria e local.

É o relatório, passa a fundamentar;



ESTADO DO ACRE
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MÂNCIO LIMA

Arrendado (página 150) - 0002/04.510.277 /0001 - 16 - CEP: 69.000.000 - 1981 2483 - 2192 - END: 1601 3381 - 1192, Mâncio Lima - AC

ASSESSORIA JURÍDICA

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO

Preliminarmente, devemos deixar consignado que realizaremos somente a análise referente ao aspecto legal da presente propositura, não sendo de nossa alçada tecer qualquer manifestação referente a assuntos técnicos ou mesmo qualquer outro que diz respeito à abrangência do projeto.

Ademais, consultando os arquivos da Câmara Municipal de Mâncio Lima, temos que, já existe em seu arcabouço jurídico, parecer jurídico alusivo a matéria.

O qual, vem respeitando Art. 61 da CF/88, os Arts. 48, 50 e 72 da Lei Orgânica Municipal, e do Art. 38 do Regimento Interno da Câmara de Mâncio Lima - Acre, bem como o Art. 30 da CF/88 e o Art. 16 da Lei Orgânica Municipal.

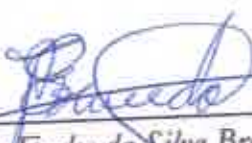
Ademais o Projeto de Lei Complementar em destaque, encontra-se com pareceres dispensados em plenário, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, da Comissão de Orçamento e Finanças e da Compete à Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Saúde Pública e Assistência Social, diante a dispensa dos mesmos, nos termos dos Arts. 57, 58 e 60 c/c o Art. 125, todos do Regimento Interno.

Assim, com os mesmos fundamento no *Parecer Jurídico nº 020/2022 de 30 de Junho de 2022* bem como *Parecer Jurídico nº 002/2023 de 25 de Janeiro de 2023*, que respeitaram a legislação pátria e local, concluímos que o projeto em apreço está apto a proceder com as tramitações legislativas de praxe, nos termos do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, e em condições de ser apresentado para votação, pois não existem obstáculos em sua iniciativa, e nem em sua competência, e consequentemente se encontra qualificado para ser apreciado em plenário.

É o parecer, e como opinamos,

Salvo melhor juízo, que submeto a autoridade competente.

Mâncio Lima - Acre, 27 de Fevereiro de 2023.


Francisco Eudes da Silva Brandão
Assessor Jurídico
OAB/AC 4.011